

ILUSTRÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO  
- SECRETARIA DE LICITAÇÕES - DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO  
DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF.

Referente Concorrência Pública nº 013/2008

PLANACON - PLANEJAMENTO ASSESSORIA DE PROJETOS TÉCNICOS LTDA, sociedade comercial já devidamente qualificada nos autos do presente processo de Concorrência Pública nº 014/2008, vem, respeitosamente, por seu representante legal ao final assinado, com o devido respeito e no prazo de lei, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que desclassificou sua proposta comercial no referido certame, em favor do que passa a expor para, ao final, requerer.

**I - DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DESTE RECURSO**

01. Cumpre informar que o presente recurso é interposto tempestivamente, a teor do que dispõe o artigo 109, I, "b", da Lei 8.666/93, *verbis*:

"Art. 109 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

b) julgamento das propostas;

02. Sendo que a comunicação via fax nº 282/08 ocorreu em 25 de março de 2008, em que desclassificou a proposta da recorrente, o prazo teve início em 26.03.2008 e findar-se-á em 01.04.2008, portanto o presente é tempestivo e oportuno.

03. Requer o recebimento da presente nos termos da Lei 9.800/99, sendo que irá anexar o original da procuração no prazo prescrito, conforme segue abaixo:

“Art. 1º É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita.”

“Art. 2º A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.”

## II – DOS FATOS PASSADOS NA CONCORRÊNCIA 013/2008

04. Insurge-se, a recorrente, contra decisão que desclassificou a proposta comercial da ora recorrente, que em acordo com o mapa comparativo de preços, é a mais vantajosa para a Administração Pública, vez que atende aos dispositivos legais.

05. A desclassificação, conforme consignado no ato decisório que ora se ataca, é embasada em formalismo desnecessário, vez que os procedimentos licitatórios devem estar respaldados principalmente pela escolha mais vantajosa para a Administração Pública.

06. Após a abertura dos envelopes das propostas, ficou assim considerado o resultado:

E M P R E S A	VALOR GLOBAL (R\$)
BECK DE SOUZA DE ENGENHARIA LTDA	3.489.811,49
ENCIBRA S/A- ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	4.178.517,24
ECOPLAN ENGENHARIA LTDA	4.147.221,16
JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA	2.628.458,12
PLANACON PLANEJ. ASSESSORIA DE PROJ. TÉCNICOS LTDA	2.521.541,52



07. Ocorreu que a comissão, ao julgar a proposta comercial considerou que “na planilha orçamentária, no item 1.2, referente ao Engenheiro Residente, a licitante apresentou o preço unitário de R\$ 4.500,00, retirados os encargos sociais e custo de administração + remuneração o salário do profissional será de R\$ 2.127,41 inferior ao piso salarial da categoria, estabelecido pela Lei nº 4.950-A de 22 de abril de 1966, em desacordo com o item 13.2.6, alínea “a” do Edital”, o que não pode prosperar senão vejamos:

08. O Piso salarial do engenheiro, segundo a Lei, será de 06(seis) salários mínimos, que resulta no valor, à época da elaboração da proposta, no valor de R\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais).

09. Nesse contexto, o valor apresentado pela ora recorrente, atende perfeitamente o dispositivo legal, vez que deduzido os encargos citados, resulta o salário do engenheiro residente no valor de R\$ 2.292,76 (dois mil duzentos e noventa dois reais setenta e seis centavos), conforme cálculo abaixo:

$$4.500 - 1,9627 = 2.292,76$$

10. Com efeito, à luz dos argumentos da Recorrente, está patente que apresentou composição dentro do que preceitua a Lei.

11. Ademais, a recorrente se ofertou proposta no sentido de que é permitido a Administração a realização de um bom negócio, como também que uma empresa com bom grau de evolução tecnológica e desenvolvimento empresarial apresente preços vantajosos.

12. Sobre o tema é importante trazer à lume a lição do Mestre MARÇAL JUSTEN FILHO (In, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 9ª Ed. pág. 430/431), verbis:

“5) A Questão da Inexequibilidade. O tema comporta uma ressalva prévia sobre a impossibilidade de eliminação de propostas vantajosas para o interesse público. A desclassificação por inexequibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. Nesse ponto, adotam-se posições distintas das anteriormente perfilhadas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias.

5.2) A imposição constitucional: admissibilidade de benefícios em prol do Estado. Enfim, seria inconstitucional o dispositivo legal que vedasse a benemerência em prol do Estado. Impor ao Estado o dever de rejeitar proposta gratuita é contrário a

Constituição. Se um particular dispuser-se a aplicar seus recursos para auxiliar o Estado, auferindo remuneração irrisório, isso não pode ser vedado por dispositivo infraconstitucional. Cabe admitir, portanto, que o Estado perceba vantagens e benefícios dos particulares.” (grifos nossos)

13. DESTA FORMA, VALE ADUZIR QUE ALÉM DA PROPOSTA DA RECORRENTE APRESENTAR EXEQUIBILIDADE E TER ATENDIDO AS REGRAS DO EDITAL, A DECISÃO PROFERIDA PELA COMISSÃO DESCLASSIFICANDO A PROPOSTA DA PLANACON – PLANEJAMENTO ASSESSORIA DE PROJETOS TÉCNICOS LTDA A QUAL APRESENTOU PROPOSTA VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO ENCONTRA-SE EM DESOBEDIÊNCIA COM O INTERESSE PÚBLICO E O ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO.

14. Além do que nobre Autoridade, se alguma dúvida surgisse, no que se refere a exequibilidade da propostas, a douta Comissão, data venia, deveria, antes de desclassificar a empresa, utilizar da faculdade que lhe outorga a Lei de Licitações e promover as diligências necessárias a dirimir supostas dúvidas, senão vejamos os ditames do Art.43, § 3º verbis:

“Art. 43 –

§ 3º - É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.”(grifos nossos)

15. O festejado Professor Jessé Torres Pereira Junior com muita clareza, que lhe é peculiar, assim se expressou(In, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Renovar, 2003, São Paulo, p.508):

“Por fim inalbergável é também, o argumento de que o índice utilizado na planilha administrativa vincula a planilha dos licitantes. A planilha administrativa corresponde a mera estimativa do custo do objeto, necessária para que se instaure o certame (art. 7º, §2º, II). A planilha de cada licitante representará os custos e a margem de lucro deste licitante, que, naturalmente, se empenhará a apresentar valor final abaixo, se possível, do valor estimado pela Administração. Nisto consiste a competição.” (grifos nosso).

16. A citação acima derruba por inteiro as argumentações da r. Comissão de Licitação.

17. E mais, o próprio edital em seus subitens 13.2.5 e 13.2.7 prevêem:



13.2.5 A Comissão Técnica de Julgamento poderá desprezar qualquer informalidade, discrepância, ou irregularidade de menor importância de uma proposta, desde que não se verifique na mesma, desvios materiais e desde que, também não se prejudique ou afete a classificação das demais licitantes.

13.2.6 A CODEVASF não fixará preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/93.

8. E em trecho do voto da Exma. Ministra Eliana Calmon, verifica-se claramente o objetivo de buscar o atendimento ao interesse público e a proteção ao erário em detrimento de formalidades desnecessárias, a saber:

"A jurisprudência desta Corte, em pelo menos dois precedentes, da Primeira e Segunda Turmas, repudia o formalismo exacerbado. como bem demonstrou o Ministério Público Federal no parecer de fls. 1.021/1.026.

Além do formalismo que pode e deve ser afastado, relevante aspecto foi levantado em voto vencido: é que a licitação fez-se pela proposta do menor preço, e o menor preço oferecido foi o da empresa impetrante, R\$ 209.553,32(duzentos e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos), para ser contratada uma empresa que ofereceu preço correspondente a R\$ 277.997,11 (duzentos e setenta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e onze centavos), ou seja, um acréscimo de mais de R\$ 65.000,00(sessenta e cinco mil reais).

9. Verifica-se, portanto, que foi apontado como "relevante aspecto" o fato de que caso não houvesse o formalismo exacerbado, o erário economizaria R\$ 65.000,00.

10. E no presente caso, a Recorrente apresentou o menor valor global (R\$ 2.521.541,52)e foi classificada a proposta da empresa Beck de Souza Engenharia Ltda. Com valor (R\$ 2.521.541,52). Há, portanto, uma diferença bastante significativa, qual seja, quase R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS), ou seja muito mais cara para administração.

11. Dessa forma, não há como prosperar a decisão inicial de classificação da proposta da ora recorrente.

12. É assim porque o benefício da boa contratação tem por motor basilar assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, vez que finalidade da licitação.

23. Sob esta ótica, cabe a Administração Pública respeitar os Princípios da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público para que se evite prejuízos a administração pública e garanta o maior número de participantes.

24. Ademais, as normas que permeiam os certames licitatórios devem, sempre que possível, serem interpretadas em favor da disputa entre os interessados.

25. A Recorrente transcreve várias decisões pátrias e ensinamentos da doutrina acerca do tema. Nas lições, sempre atuais, do Mestre Hely Lopes Meirelles:

"A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, pois um simples lapso de redação, ou uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se, aqui, a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o Direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. Melhor que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e in consentâneo com o caráter competitivo da licitação" (cf. Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed., Malheiros, 1997, p. 124).

26. O Tribunal de Contas da União assim já decidiu:

"(...) conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem que a falha identificada, entretanto, de natureza formal, tenha invalidado o procedimento licitatório questionado neste processo" (Decisão n.º 757/97).

27. Por sua vez, a 3ª Turma Cível do TJDF, no Processo n.º 50.433/98, por unanimidade de votos, proferiu a seguinte decisão:

"Direito Administrativo. Licitação. Tomada de preços. Erro material na proposta. Irrelevância. O erro material constante da proposta mais vantajosa para a Administração, facilmente constatável, não é óbice à classificação da mesma. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 48 da Lei n.º 8.666/93. Apelação improvida".

28. Ratificando o entendimento, os Tribunais Regionais Federais assim tem se posicionado sobre o assunto, que se alinha ao caso em tela:



ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA.

1. A visão da Administração a respeito da inexequibilidade da proposta da Agravante parte da premissa de que, segundo o item 18.1 do edital, por interpretação, os preços unitários componentes da proposta não poderiam ser inferiores a 70% do estimado pelo próprio DNIT.

2. Essa interpretação é muito restritiva e acaba por ofender o caráter competitivo da licitação, tendo sido extirpadas do certame mais de uma dezena de empresas por este motivo.

3. A proposta global da Agravante ficou acima da estimativa do DNIT e só por isso já não se pode considerar inexequível, posto que o item 15.5 do edital estipula "Considerar-se-á que os preços fixados pelo licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significa tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração sob esta alegação."

4. A interpretação desse item do edital leva a crer que é irrelevante que um ou outro componente de preço unitário seja aparentemente inexequível, desde que a proposta global seja exequível, pois se presumirá que o valor daquele foi diluído nos demais itens.

5. Ofendido também o objetivo da licitação em obter o melhor contrato para a Administração, na medida em que a Agravante apresentou uma proposta que é menor do que a proposta vencedora em mais de R\$ 1.000.000,00.

6. Agravo de instrumento provido para determinar a continuidade da Agravante no certame licitatório, deferindo assim a liminar cautelar. Agravo regimental prejudicado.

(AG 2005.01.00.062848-7/DF, Rel. Desembargadora Federal Selene Maria De Almeida, Quinta Turma, DJ de 05/02/2007, p.138) (grifos nossos)

Na mesma esteira de entendimento, pacifica o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

"APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DESCLASSIFICAÇÃO. MELHOR PROPOSTA. INOBSERVÂNCIA DO EDITAL. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À LICITANTE. FORMALISMO

EXACERBADO DA ADMINISTRAÇÃO. Exigências despropositadas ou excessivo rigor procedimental, na medida em que concorrem para tornar a licitação ainda mais formalista, tão a gosto da burocracia, desvirtuam seus objetivos e de certa forma infringem inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. A inobservância do edital ou carta-convite ou a omissão da proposta para ensejar a desclassificação há de ser substancial a ponto de trazer prejuízos à entidade licitante ou aos demais proponentes. A procura da melhor proposta é procedimento utilizado comumente por todas as pessoas que desejam contratar; mas se para tantos é faculdade, para o Poder Público é obrigação. Deram Provimento. (Apelação Cível Nº 70009760083, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em 01/12/2004) "(grifos nossos)"

30. Como se observa dos autos, a proposta da PALNACON obedeceu aos parâmetros de julgamento, ou seja, ofertou os preços nas margens de oscilação designados em edital, além de estar amplamente escorada pela doutrina e pela jurisprudência vigente.

### III - Requerimento

31. Diante do exposto, requer a Vossa Senhoria, na hipótese da Comissão de Licitação não reconsiderar sua decisão, prazo de 5 (cinco) dias úteis, como lhe faculta o § 4º do art. 109, da Lei 8.666/93, que acolha pelas razões e motivos aduzidos, que comprovam, à saciedade, que a habilitação da empresa impugnada contraria a Lei, a Doutrina, a Jurisprudência e o Edital, a fim de ver reformada a decisão inicial, COM A CONSEQUENTE DECRETAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA LICITANTE POR SER A MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA requerendo, na oportunidade, seja o Recurso ora interposto processado em conformidade com o que determina o artigo 109 da Lei 8.666/93.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Teresina/Brasília, 31 de março de 2008

PLANACON – PLANEJAMENTO ASSESSORIA DE PROJETOS TÉCNICOS LTDA

PLANACON  
Planejamento e Consultoria  
Odivaldo Mendes Viana  
Diretor-Presidente